

Dinheiro para dívidas sociais

Senado aprovou em 97 dobro de empréstimos para estados em relação a 96

Ailton de Freitas

Catia Seabra

BRÁSILIA

Um novo ano eleitoral repleto de obras e projetos sociais. São os votos dos governantes que, às vésperas das primeiras eleições da História do Brasil que podem reconduzi-los aos cargos, e sem ter mais de onde tirar dinheiro, recorreram aos bancos de fomento, nacionais e estrangeiros. Só em 1997, o Senado aprovou 77 empréstimos para reformas e programas sociais: o dobro de 1996, quando foram autorizadas 38 operações de crédito como essas. Em 1995, foram apenas 20.

Boa parte dessas operações (36) foi aprovada nos últimos quatro meses do ano. De setembro para cá, o Governo federal conseguiu autorização para seis empréstimos com agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Governo garantiu empréstimos fora com prazos melhores que no Brasil

Foram, por exemplo, US\$ 600 milhões para o programa de restauração e descentralização de estradas, outros US\$ 450 milhões para a duplicação da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis e mais R\$ 275 milhões para a modernização da Rodovia Fernão Dias, além de US\$ 250 milhões para o programa de reforma da educação profissional.

Ao longo de todo o ano, o Governo Fernando Henrique Cardoso garantiu 13 financiamentos desse tipo, com prazos de pagamento e taxas de juros bem mais vantajosos do que os praticados no Brasil. Entre os programas estão o de incentivo à agropecuária e de alívio da pobreza.

Para aprovar alguns financiamentos ainda em 1997, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado — responsável pelas autorizações — teve que invadir as noites da última semana de trabalho do Congresso. Os polêmicos empréstimos ao Paraná, por exemplo, exigiram cinco sessões da CAE. E só na quinta-feira, 10 de dezembro, a liberação de US\$ 460 milhões foi aprovada, embora o governador Jaime Lerner (que se empenhou pessoalmente na operação) não tenha cumprido a exigência da comissão: a apresentação do protocolo de intenções do estado com a fábrica de automóveis Renault.

O documento foi cobrado pela comissão em dezembro de 1996, mas até hoje não foi entregue aos senadores. As verbas deverão ser destinadas a programas de alívio da pobreza, expansão do ensino médio e saneamento ambiental.

Na penúltima reunião, a CAE aprovou a liberação de US\$ 300 milhões do BID para a União e R\$ 40 milhões da Caixa Econômica Federal para o Mato Grosso do Sul, como parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Outro beneficiário foi Minas Gerais: conseguiu R\$ 9,3 milhões da Vale do Rio Doce para projetos na área de desenvolvimento econômico e social do estado.

Gilberto Miranda: "As coisas foram votadas às pressas, no grito"

O ritmo acelerado desagradou a muitos senadores da comissão, como Gilberto Miranda (PFL-AM) e Esperidião Amin (PPB-SC). Ex-presidente da CAE, Miranda chama de vergonhosa a atuação da comissão:

— Este ano (1997), passou dos limites. Não se pode fazer essas concessões. As coisas foram votadas às pressas, no grito. Não havia pauta definida. Espero que, no ano que vem (1998), as coisas fiquem mais sérias e que o Serra presida mais as reuniões. Será um ano eleitoral e passarão bilhões de reais pela CAE — adverte Miranda, referindo-se ao presidente da comissão, José Serra (PSDB-SP), que está fora do país.

Amin endossa:

— Estou decepcionado com a falta de planejamento. Entramos no varejo. Foi um monte de casuísmos, mas a subcomissão criada para discutir a indústria automobilística nem vingou — reclama o senador.

Técnico alerta para o impacto dos empréstimos nas dívidas dos estados

Entre as 77 operações de crédito estão incluídos os empréstimos-ponte feitos pela União no Programa de Reestruturação dos Estados. Nele, os estados recebem apoio do Governo — que assumiu, por exemplo, as dívidas de São Paulo, superiores a R\$ 50 bilhões — desde que cumpram uma série de exigências, como o controle dos gastos com



O GOVERNADOR JAIME Lerner conseguiu empréstimo para o Paraná mesmo sem ter apresentado protocolo de intenções com a Renault

São Paulo, Rio e Minas entre os mais beneficiados

União foi avalista de empréstimos que chegam agora aos cofres dos estados

• BRÁSILIA. Este ano não vai ser igual àquele que passou, principalmente para São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia. Tendo em geral a União como avalista, esses oito são os estados que mais empréstimos obtiveram em 1997 ou já foram contemplados pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Como muitos financiamentos só foram aprovados no fim do ano e as verbas não são liberadas imediatamente, alguns recursos vão chegar agora aos cofres públicos.

Além da federalização das dívidas do estado — de mais de R\$ 50 bilhões — em novembro, São Paulo já obteve do BID um financiamento de R\$ 466 milhões para o projeto de trens metropolitanos.

Em três diferentes empréstimos, o Paraná do pefelista Jaime Lerner vai receber US\$ 460 milhões este ano, destinados a programas de combate à pobreza rural, saneamento ambiental e ensino. O governador Antônio Britto (PMDB), do Rio Grande do Sul, candidato à reeleição, tem à disposição R\$ 445,1 milhões para seu programa de rodovias, para a reforma do estado, o alívio da pobreza e até investimentos em infra-estrutura em Bagé.

O Ceará do tucano Tasso Jereissati vai contar com R\$ 380,9 milhões para aplicar no aparelhamento de universida-

des estaduais e institutos de pesquisa, na malha rodoviária do estado, no programa de integração de recursos hídricos e em projetos com crianças e adolescentes.

Para o Rio de Janeiro, foram liberados mais de R\$ 366,9 milhões do BNDES para expansão do metrô e investimento da Companhia Docas no Porto de Sepetiba. Para Minas, foram R\$ 347,4 (R\$ 336 milhões já usados na capitalização do banco Credireal), sendo que R\$ 1,8 milhão saíram da Caixa Econômica Federal para obras em saneamento e R\$ 9,3 milhões serão liberados pela Vale do Rio Doce para desenvolvimento econômico e social.

Com cinco financiamentos, a Bahia conquistou em 1997 R\$ 275,5 milhões para investimentos em recursos hídricos, saneamento, infra-estrutura e apoio a agricultores da lavoura cacaueira. No fim do ano, o Mato Grosso do Sul garantiu R\$ 394 milhões da Caixa Econômica Federal para o programa de reestruturação.

Fora os agentes nacionais (como CEF, BNDES e os bancos do Nordeste e do Brasil) os bancos de fomento estrangeiros que mais concederam empréstimos foram o BID e o Bird, além dos japoneses Jexim e do Overseas e do alemão KfW.

Das 77 operações de crédito aprovadas pelo Senado em 1997, dez eram destinadas a municípios. Em 1996, 14 dos 38 empréstimos autorizados foram para cidades.

folha de pagamento e o respeito ao teto para endividamento. Mesmo assim, alguns governos estaduais, como o do Piauí e o da Paraíba, tiveram permissão para aumentar temporariamente esse limite e garantiram seu dinheiro.

Graças ao programa de apoio à reestruturação, os estados estarão mais alivia-

dos no ano que chega, depois dos apertos impostos com a isenção de ICMS das exportações. Mas um técnico do Banco Central adverte:

— Embora seja mais vantajoso buscar recursos nessas agências, esses empréstimos têm impacto na dívida dos estados sim. É preciso analisar cada caso para sa-

ber se o desempenho fiscal fica comprometido mas, com certeza, onera.

O peso desses empréstimos nos cofres dos estados depende de cada forma de financiamento. Como, geralmente, a cobrança é a longo prazo, em muitos casos a conta vai sobrar para os futuros governadores. Só em 2002. ■